

FHC garante que Imposto de Renda não aumenta

Presidente afirma, em Portugal, que medidas de ajuste serão transitórias, até nova lei tributária

MARCELO DE MORAES

Enviado especial

PORTO – O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem, durante sua viagem à Portugal, que o ajuste fiscal não incluirá o aumento das alíquotas do imposto de renda e não deve conter medidas de caráter permanente. A declaração, feita durante sua visita à cidade de Guimarães, reforça a idéia do possível aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). “A CPMF é fundamental para o financiamento da saúde”, disse o presidente.

Segundo o presidente, as medidas imediatas para ajuste fiscal serão usadas pelo governo até que uma nova lei tributária, esta sim definitiva, tenha sido aprovada pelo Congresso. Fernando Henrique afirmou que a discussão da reforma tributária deverá ser iniciada em novembro pelo Legislativo.

“Nós já estamos cortando despesas e isso pode implicar, eventualmente, em acertos fortes; mas não estou pensando em nada permanente”, disse o presidente.

“Permanente é a reforma tributária”, contou. “Ela também vai ser feita”, garantiu. “E eu espero que tudo que seja feito agora, seja feito enquanto não se aprova a reforma tributária”, disse.

O presidente foi taxativo, ao negar qualquer mudança na cobrança do imposto de renda.

“Não haverá aumento de imposto de renda”, prometeu. “Eu reafirmo que não haverá aumento de imposto de renda”, repetiu. Em relação à CPMF, porém, Fernando Henrique lembrou que a matéria já está sendo discutida dentro do

FUNCIONÁRIO
PÚBLICO DEVERÁ
CONTRIBUIR
MAIS PARA TER
DIREITO A
APOSENTADORIA
INTEGRAL

CPMF. “A permanência depende da reforma tributária”, explicou. “Nós queremos fazer uma reforma tributária mais ampla, que permita até prescindir da CPMF”, afirmou. “Portanto, o conceito agora não será permanente”, ga-

rantiu. Congresso, onde será votada sua prorrogação pelo período que o governo achar necessário e também uma possível alteração no valor de alíquota.

No caso de aprovação da reforma tributária, Fernando Henrique acha que o governo poderá até abrir mão de cobrar a

rantiu.

Juros altos – O presidente não descartou mudanças na arrecadação previdenciária. Ele lembrou que o déficit público do País hoje é decorrente basicamente de dois fatores: da alta taxa de juros e os gastos com a Previdência Social. “No setor público, a contribuição do funcionário é de cerca de R\$ 2 bilhões e o dispêndio com pensões e aposentadorias é de R\$ 20 bilhões”, disse. “Portanto, o povo brasileiro paga esses R\$ 18 bilhões sob a forma de impostos para que esses funcionários possam gozar de aposentadorias às vezes prematuras e integrais”, criticou.

Fernando Henrique negou que as propostas de ajuste fiscal estejam sendo apresentadas ao Fundo Monetário Internacional (FMI)

antes da população. “Eu ainda não recebi as propostas”, garantiu. “Nós não podemos pensar o Brasil em termos de ajuste; essa é uma palavra curta para um País como o Brasil”, disse.

O presidente reforçou a idéia de que não conhece ainda o teor das medidas que estão sendo definidas pela equipe econômica e devem ser divulgadas depois da realização do segundo turno das eleições, no dia 25. “Nós estamos discutindo em vários níveis há muito tempo, mas o ajuste em si temos de fazer nós mesmos brasileiros”, afirmou. “O projeto é nosso, só pode ser nosso; se for externo, não vai dar certo”, disse. “Nós é que sabemos onde é que o calo aperta; nós que sabemos quais são as nossas responsabilidades sociais e eu as tenho.”



FHC, com Ruth: FMI não teve conhecimento das medidas fiscais que serão anunciadas após o segundo turno